ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS EM POLÍTICAS SOCIAIS NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO FRONTEIRA NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL[1]

Priscila Ostapiuk[2], *Edemar Rotta , Maria Alice Canzi Ames , Lislei Terezinha Preuss*

INTRODUÇÃO: O presente estudo procura realizar uma análise dos investimentos em políticas sociais realizados pelos municípios da Região Fronteira Noroeste no período compreendido entre 1995 e 2005, buscando identificar as áreas priorizadas e as possíveis oscilações de investimentos no período. A política social identifica-se com o conjunto de provisões de necessidades sociais do cidadão que são incluídas como responsabilidades sociais e públicas (SPOSATI, 2002). As políticas sociais, por sua vez, são parte integrante das políticas públicas e participam das estratégias de mediação entre Estado e sociedade civil, para responder às manifestações da questão social. Com a Constituição Federal de 1988, definiu-se um novo pacto entre as esferas da Federação, resultando em grandes transformações quanto a transferência da capacidade decisória, funções e recursos para os Estados e, fundamentalmente para os municípios. Essa descentralização confere autonomia para os municípios, tanto na elaboração, gestão e controle das políticas sociais, na tentativa de diminuir as desigualdades e maximizar os recursos públicos. Porém, muitos municípios não estavam preparados para esta autonomia, o que acarretou indefinição nas competências e atribuições de cada um, criando um vazio no que se refere às políticas sociais. Dessa forma, torna-se de fundamental importância conhecer de que forma as políticas sociais estão sendo desenvolvidas e planejadas, e como estão se refletindo na vida de cada cidadão. MATERIAL E MÉTODOS: A pesquisa foi realizada com base no método dialético, procurando articular a abordagem quantitativa com a qualitativa. Para realizar o diagnóstico das políticas sociais implementadas nos municípios, delimitou-se o período de 1995 a 2005, a fim de levantar os investimentos municipais realizados nesses dez anos. Para isso recorreu-se ao site do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, onde coletou-se as planilhas orçamentárias dos recursos municipais destinados a cada uma das políticas, ou seja, as relativas à saúde, educação, trabalho, assistência social e habitação, organizando-as através de tabelas e gráficos. Realizou-se também uma pesquisa bibliográfica, como aporte para aprofundar a discussão a respeitos das políticas sociais, fundamentar o entendimento da temática e realizar a interpretação dos resultados. RESULTADOS: Os resultados da pesquisa mostram que as políticas de Educação e Saúde são as que concentram a maior parte dos investimentos nos vinte municípios pesquisados. Na seqüência de prioridades encontra-se a política de Assistência Social, ficando com menores investimentos a área de Habitação e, especialmente, a política social de Trabalho. Em uma média geral, percebe-se que o montante dos investimentos nessas cinco áreas de políticas sociais absorve em torno de 40% dos recursos investidos pelos municípios, ficando os outros 60% para as demais áreas e atividades. De uma forma geral os investimentos atendem aos preceitos mínimos legais, mas também se observa o não cumprimento dos mesmos por alguns municípios durante quase toda a séria analisada. CONCLUSÕES: A observação dos dados permite inferir que há um centralismo nas políticas de educação e saúde, ficando as demais com uma parcela pouco expressiva de investimentos.

Reconhece-se a importância das mesmas na dinâmica de desenvolvimento da região, mas entende-se que as políticas relacionadas à Assistência Social, à Habitação e ao Trabalho também são essenciais numa região em que os indicadores do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do Rio Grande do Sul (IDESE) apontam como os principais desafios para a mesma as questões relacionadas às condições de domicílio e saneamento e à geração de renda. Em termos de assumir o processo de descentralização, com a criação de condições estruturais para planejar e gerir as políticas, também se destacam as áreas de educação e saúde, ficando as demais como desafios a serem ainda implementados. Numa época em que o capitalismo financeiro globalizado tende a suprimir empregos, as políticas sociais representam espaços fundamentais na luta pela ampliação dos direitos e pela criação de condições para que os diferentes sujeitos possam participar de processos de geração de trabalho e renda.

1 Trabalho de iniciação científica

2 Bolsista PIBIC Unijuí